



10/12/2020

Número: **0800536-94.2017.8.15.0581**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única de Rio Tinto**

Última distribuição : **05/09/2017**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JEOVA MARIA MIGUEL (AUTOR)		CLECIO SOUZA DO ESPIRITO SANTO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)		SUELIO MOREIRA TORRES (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
37683496	10/12/2020 14:10	Petição	Petição
37683498	10/12/2020 14:10	2585397_IMPUGNACAO_AO_LAUDO_PERICIAL_A_nexo_02	Outros Documentos
37684100	10/12/2020 14:10	2585397_IMPUGNACAO_AO_LAUDO_PERICIAL_01	Outros Documentos

EM ANEXO



Rio de Janeiro, 11 de Setembro de 2017

Carta nº: 11626028

A/C: JEOVA MARIA MIGUEL

Sinistro/Aviso Sinistro Líder: 3170482121 ASL-0340471/17
Vítima: JEOVA MARIA MIGUEL
Data Acidente: 14/01/2016
Natureza: INVALIDEZ
Procurador: CLECIO SOUZA DO ESPIRITO SANTO

Ref.: AVISO DE SINISTRO

Prezado(a) Senhor(a),

Informamos que consta em nossos registros, a abertura do pedido de indenização.

Para acompanhar o seu processo, acesse o site www.seguradoralider.com.br, ou ligue para a SAC DPVAT 0800 022 12 04.

Para fazer a consulta, tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário. Ao digitar qualquer um desses números no site www.seguradoralider.com.br, não utilize barras, pontos ou traços.

Outras informações importantes sobre o seu pedido de indenização:

- O prazo para recebimento da indenização é de até 30 dias. Durante a análise do seu pedido, podem ser solicitados documentos ou informações complementares.
- Quando isso ocorre, o prazo de 30 dias é interrompido e se reinicia a partir da apresentação dos documentos ou das informações complementares.
- O Valor da garantia é de R\$ 13.500,00 para a Natureza Morte, até R\$ 2.700,00 para reembolso de despesas médicas para a Natureza DAMS, e, para Natureza de Invalidez, é proporcionalmente ao grau da lesão sofrida e, na forma da lei, pode alcançar o limite máximo de R\$ 13.500,00.

ATENÇÃO:

Você não precisa recorrer a intermediários para solicitar ou receber a indenização do Seguro DPVAT. Acompanhe seu processo do início ao fim e cuide você mesmo do recebimento da indenização. É SIMPLES E FÁCIL!

Solicitamos que os documentos sejam encaminhados à MBM SEGURADORA S/A onde o sinistro foi cadastrado.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 01015/01016 - carta_01



Rio de Janeiro, 11 de Setembro de 2017

Carta nº: 11626097

A/C: JEOVA MARIA MIGUEL

Sinistro/Aviso Sinistro Líder: 3170482121 ASL-0340471/17
Vítima: JEOVA MARIA MIGUEL
Data Acidente: 14/01/2016
Natureza: INVALIDEZ
Procurador: CLECIO SOUZA DO ESPIRITO SANTO

Ref.: EXIGÊNCIA DOCUMENTAL

Prezado(a) Senhor(a),

Recebemos em **31/08/2017** a documentação relativa ao acidente ocorrido em **14/01/2016**. Realizada a análise preliminar, constatamos a necessidade de regularização ou complementação da documentação e/ou informações, conforme descrevemos a seguir:

- Documentação médico-hospitalar não conclusivo

Esclarecemos que o prazo de regulação do processo aberto encontra-se interrompido e se reiniciará a partir do recebimento da documentação acima indicada, juntamente com cópia da presente correspondência, na **MBM SEGURADORA S/A** onde o aviso de sinistro foi registrado.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 dias, a contar do recebimento desta correspondência, ou não haja qualquer manifestação sua por escrito, o seu pedido de indenização será negado por ausência de comprovação documental.

NÃO PERCA TEMPO!

PROVIDENCIE A DOCUMENTAÇÃO PARA COMPROVAR SEU DIREITO À INDENIZAÇÃO DPVAT;

Em caso de dúvida, entre em contato conosco pelo SAC DPVAT 0800 022 12 04 ou através do nosso site www.seguradoralider.com.br.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 00743/00744 - carta_03



Rio de Janeiro, 10 de Março de 2018

Aos Cuidados de: JEOVA MARIA MIGUEL

Nº Sinistro: 3170482121
Vitima: JEOVA MARIA MIGUEL
Data do Acidente: 14/01/2016
Cobertura: INVALIDEZ
Procurador: CLECIO SOUZA DO ESPIRITO SANTO

Assunto: NEGATIVA POR AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DOCUMENTAL

Senhor(a),

Até a presente data, não recebemos a documentação complementar solicitada para prosseguimento da análise do seu pedido de indenização cadastrado sob o sinistro **número 3170482121**.

Tendo em vista que a pendência não foi sanada no período de 180 dias, informamos que o seu pedido de indenização foi negado.

Caso deseje dar continuidade ao seu pedido de indenização, procure o ponto de atendimento onde o seu processo foi aberto para apresentar os documentos complementares.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente.

Seguradora Líder-DPVAT

Carta nº 12496957

Pag. 01859/01860 - carta_16 - INVALIDEZ

00010930





Seguradora Líder - DPVAT

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO



Nº DO SINISTRO _____

CAMPO PREENCHIDO PELA SEGURADORA

Este formulário deve ser preenchido exclusivamente com dados do beneficiário da indenização do Seguro DPVAT, nunca com dados de terceiros, ainda que esses sejam procuradores. Recomenda-se o preenchimento em letra de forma e sem rasuras, para evitar atraso no recebimento da indenização no banco.

EU, Zeova Maria Miguel
 PORTADOR(A) DO RG Nº 3450.486 EXPEDIDO POR SSDS IPB EM 24/05/06
 CPF 501344904-06 /CNPJ 000000000-0000-00, PROFISSÃO AGRICULTOR
 E RENDA MENSAL DE R\$ 300,00 () NA QUALIDADE DE BENEFICIÁRIO(A) DO VALOR REFERENTE À INDENIZAÇÃO / REEMBOLSO DO SEGURO DPVAT DA VÍTIMA Zeova Maria Miguel, AUTORIZO A SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT A EFETUAR O CRÉDITO, DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES ABAIXO PRESTADAS.

[*] A Circular Susep nº 445/2012, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro no mercado segurador, determina que todas as seguradoras são obrigadas a constituir cadastro de todas as pessoas envolvidas no pagamento da indenização. Este cadastro deve conter, além dos documentos de identificação pessoal, informações acerca da profissão e da faixa de renda mensal.

Para evitar reprogramação de um pagamento, lembre-se que os documentos abaixo relacionados não devem, de forma alguma, ser apresentados:

- Conta salário e/ou benefício - nos documentos aparecem termos tais como: INSS ou PREVIDÊNCIA SOCIAL, ou Salário ou benefício;
- Conta Empresarial - nos documentos aparecem termos tais como: CNPJ ou ME, ME (micro empresa) ou LTDA;
- Conta conjunta quando o beneficiário/vítima não for titular;
- Conta tipo FÁCIL, atenção para o limite de movimentação financeira mensal;
- Conta tipo FÁCIL operação 023 da CEF (Caixa Econômica Federal);
- Conta POUPANÇA operação 013 da CEF aberta em Unidade Poléticas com limite de movimentação financeira mensal de até R\$ 2.000,00;
- Conta bloqueada, inativa ou em proposta (neste momento revoga-se a aceitação da proposta de abertura de conta com depósito em comprobante dos dados bancários);
- CPF do beneficiário/vítima inválido ou pendente de regularização ou cancelado (recomendamos a consulta ao site da RECEITA FEDERAL: www.receita.fazenda.gov.br), bem como o CPF cadastrado no SISDPVAT Sinistros que não é o mesmo da conta informada para depósito;
- Contas não pertencentes à vítima/beneficiários.

IMPORTANTE: Também não devem ser apresentados documentos que comprovem os dados bancários com imagem digitalizada/scanner colorido, escritos à mão, por meio de extratos bancários informando a movimentação financeira da conta ou cópia do verso do cartão múltiplo com informação de código de segurança.

PARA CRÉDITO EM CONTA CORRENTE (TODOS OS BANCOS)

Nº do BANCO _____ N° da AGÊNCIA (com dígito, se existir) _____ N° da CONTA (com dígito, se existir) _____

PARA CRÉDITO EM CONTA POUPANÇA (SOMENTE BANCOS BRADESCO, ITAÚ, BANCO DO BRASIL E CAIXA ECONÔMICA FEDERAL)

Nº do BANCO 001 N° da AGÊNCIA (com dígito, se existir) 2547-X N° da CONTA (com dígito, se existir) 30.649-6

DECLARO QUE A CONTA ACIMA MENCIONADA É DE MINHA TITULARIDADE, UMA VEZ EFETUADO O PAGAMENTO/CRÉDITO DA INDENIZAÇÃO, DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES DESCRITAS, RECONHEÇO O RECEBIMENTO E DOU COMO QUITADO O VALOR DA REFERIDA INDENIZAÇÃO.

Rio Tinto 16 de Junho de 2016 x Zeova Maria Miguel
 LOCAL E DATA ASSINATURA DO BENEFICIÁRIO

⚠ ATENÇÃO

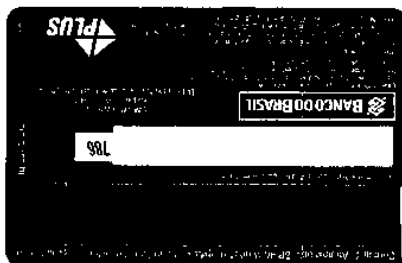
- O Seguro DPVAT garante indenização de R\$13.500,00 em caso de morte (valor que será pago ao/s legítimo/s beneficiário/s, obedecendo à legislação vigente na data do acidente), indenização de até R\$13.500,00 em caso de invalidez permanente (valor que varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 11.945/2009) e reembolso de até R\$ 2.700,00 em caso de despesas médico-hospitalares.
- Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse www.dpvatsegurodotransito.com.br ou ligue para o SAC DPVAT 0800-0221204.



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 10/12/2020 14:10:04

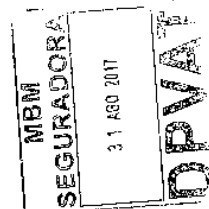
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20121014100401400000035950476>

Número do documento: 20121014100401400000035950476



REVENDE AUTORIZADA

ADSON NUNO PIMENTEL
Serviço Jurídico
Rua do Progresso, 30 - Centro - Rio de Janeiro - RJ
CNPJ nº 15.080.888/0001-00
Instituto e presente copia, reproduzido fiel do original que se foi
apresentado. La testemunha da veridade.
Rio de Janeiro - 28/04/2016 - 14:12:12
Rosaneide Pontes da Silva - Escrevente Autenticada
CPF nº 000.000.000-00
RG nº 000.000.000-00
Emitida e autenticada em 11/05/2016 - 14:12:12



MBM
SEGURADORA
31 AGO 2017
DPVAT

POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ
DEPARTAMENTO DE INTELIGÊNCIA

Foi copiada fiel-
reprodução da original
Em, 16/08/2016
Assinatura: [assinatura] 3-50
Carimbo: [carimbo]

PIMENTEL **ADSON HUGO PIMENTEL**
- TITULAR -
SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL
Nº 123456789 - Rua dos Andradas, 123 - Centro - São Paulo - SP
Registro de Imóveis e Cartório de Registro de Pessoas Físicas
Nº 123456789 - Rua dos Andradas, 123 - Centro - São Paulo - SP

Autêntico a presente cópia, reprodução fiel do original que se foi
apresentado. Em testemunho da verdade,
Rio de Janeiro - RJ, 04/03/2016 11:12:12
Rosineide Pontes da Silva - Escrivente Autorizada
[2016-009029] ENROL:R-2,12 EAREEN:R-0,25 FEPJ:R-0,12
SEL: 0161GAL; ACOH7373-R506
Contra e autenticidade em <https://selodigital.tgeb.jus.br>

ROSEMARY PARKER, Mrs. 9560
CUDDEBULLA BLVD. SEASIDE 4



26 MARCA VW / SAARA	27 ESPÉCIE PAS / BUGGY	30 PLACA MNR 9919	31 MUNICÍPIO MARCAÇÃO	32 UF PB
61 NOME DO PROPRIETÁRIO JEOVA MARIA MIGUEL		54 ENDEREÇO		
33 SEGURADORA DPVAT		35 BILHETE Nº 12030577822	37 DATA DE EMISSÃO 0, 5 1, 0 1, 5	
38 DEFEITO PAROL. <input type="checkbox"/> 1 DIANTEIRO <input type="checkbox"/> 2 LANTERNA <input type="checkbox"/> 3 LANTERNA DE <input type="checkbox"/> 4 FREIO <input type="checkbox"/> 5 LIMPADOR DE <input type="checkbox"/> 6 PARA-CHOQUE <input type="checkbox"/> 7 SIST. <input type="checkbox"/> 8 DIRECCIONAL <input type="checkbox"/> 9	39 PREÇO <input type="checkbox"/> 1 PREÇO GASTO <input type="checkbox"/> 2 OUTRO <input type="checkbox"/> 3	36 DATA DE EMISSÃO		
40 NOME JEOVA MARIA MIGUEL		41 SEXO M	42 NASCIMENTO 1, 1 0, 3 6, 7	
43 ENDEREÇO ALDEIA TRAMATAIA S/Nº - AREA RURAL DE MARCAÇÃO-PB		44 PERMITE-TO LEVES <input type="checkbox"/> 1 GRAVES <input type="checkbox"/> 2 FATAIS <input type="checkbox"/> 3	45 VIAJANDO VEICULO Nº V2	46 USAVA CINTO SIM <input type="checkbox"/> 1 NÃO <input type="checkbox"/> 2
47 CONDIÇÃO DA VÍTIMA CONDUTOR <input checked="" type="checkbox"/> 1 PASSAGEIRO <input type="checkbox"/> 2 PEDESTRE <input type="checkbox"/> 3		48 CONDIZIDA PARA HOSPITAL REGIONAL DE MAMANGUAPE, DEPOIS HOSP. TRAUMA EM J. PESSOA		
49 NOME XX		50 SEXO M	51 NASCIMENTO X, X X, X X, X	
52 ENDEREÇO XX		53 PERMITE-TO LEVES <input checked="" type="checkbox"/> 1 GRAVES <input checked="" type="checkbox"/> 2 FATAIS <input checked="" type="checkbox"/> 3	54 VIAJANDO VEICULO Nº XXXXXX	55 USAVA CINTO SIM <input checked="" type="checkbox"/> 1 NÃO <input checked="" type="checkbox"/> 2
56 CONDIÇÃO DA VÍTIMA CONDUTOR <input checked="" type="checkbox"/> 1 PASSAGEIRO <input checked="" type="checkbox"/> 2 PEDESTRE <input checked="" type="checkbox"/> 3		57 CONDIZIDA PARA XX		
58 ATRAVESSANDO EM CRUZAMENTO COM SEMÁFORO VERDE PARA O PEDESTRE <input checked="" type="checkbox"/> 1 COM SEMÁFORO VERMELHO PARA O PEDESTRE <input checked="" type="checkbox"/> 2 SEM SEMÁFORO <input checked="" type="checkbox"/> 3		59 ATRAVESSANDO POR ATRÁS DO CRUZAMENTO POR TRÁS DO VEICULO ESTACIONADO <input checked="" type="checkbox"/> 1 COM AUSÊNCIA DE VEICULO ESTACIONADO <input checked="" type="checkbox"/> 2		
60 OUTRA CAMBRIANDO AD. LONTO DA VIA <input checked="" type="checkbox"/> 1 ENCRANANDO NA VIA <input checked="" type="checkbox"/> 2 TRABALHANDO NA VIA <input checked="" type="checkbox"/> 3		61 OUTRA SAINDO OU ENTRANDO EM VEICULO <input checked="" type="checkbox"/> 1 OUTRA (especificar): <input checked="" type="checkbox"/> 2 XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX		
62 NOME TAINÁ NUNES VENANCIO DOS SANTOS		63 SEXO M	64 NASCIMENTO 1, 8 A N O S	
65 ENDEREÇO RUA JOÃO DA MATA Nº 620, CENTRO - C. GRANDE-PB		66 IDENTIDADE Nº	67 ÓRGÃO EMISSOR	68 U.F.
69 NOME JOSÉ VIEIRA FARIAS FILHO		70 SEXO M	71 NASCIMENTO 5, 5 A N O S	
72 ENDEREÇO RUA NOBERTO ALVES Nº 830, ALTO BRANCO - C. GRANDE-PB		73 IDENTIDADE Nº	74 ÓRGÃO EMISSOR	75 U.F.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Aldeia Tramataia

Bela de Treção - PB

Marcação - PB

100 OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES:

A RODOVIA PB 041
MARCHA A FRENTE
SÍTIO DE ABALROAMENTO
SENTIDOS DA VIA
OBS: A guarnição comandada pelo 3º Sgt RODRIGUES ao chegar no local do sinistro, constatou que houve um abalroamento entre um ônibus da Viação Rio Tinto e um Bugre, onde o referido Bugre tentou mudar

101 PROIBIÇÕES ADICIONAIS DE TERCEIROS (caso, carro, moto, etc)

de faixa para adentrar na estrada vicinal do outro lado da via, não observando a aproximação do Ônibus que vinha logo atrás do mesmo, sendo assim, o V1 não teve como evitar o sinistro.

102 FUNÇÃO

AGENTE DA AUTORIDADE DE TRÂNSITO

POLÍCIA MILITAR DA PARAIBA

2º CPTRAN - BPTRAN

Esta cópia é fiel reprodução da original

Em, 16/02/2016

113 DATA

1, 5 | 0, 2 | 1, 6

PIMENTEL
SERVIÇO NOTARIAL & REGISTRAL
Rua de Vergueiros, 20 - Centro - Rio Tinto - Paraíba
Fone: (33) 3291-2247 Fax: (33) 3291-2247
E-mail: pimentel@pimentel.com.br

ADSON HUGO PIMENTEL
TITULAR

Autentico a presente cópia, reprodução fiel do original que me foi apresentada, em testemunho da verdade.

Rio Tinto, 16/02/2016

Notário Público da Paraíba - Escritório Autorizado

CPF: 000.000.000-00 INSCRIÇÃO: 2.12 FARMACIA: 0,25 FARMACIA: 0,42

FEIJO VISITUAL: FARMACIA: 0,25

Cofirma a autenticidade em <https://sefodigital.tjpb.jus.br>

SECRETARIE AUTORIZADA





O ASSINANTE declara que não possui
para fins de indenização do Seguro DPVAT.



DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML

Eu, Geova Maria Miguel, portador da
carteira de identidade nº 3450.486 SSDB/PA e inscrito no CPF/MF sob o nº
524.344.404-06, residente e domiciliado na,
Aldeia Tramatara, SN, Area Rural, Cidade
Marcacão, Estado Paraíba, declaro, sob as penas da
lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal - IML para os
fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:

☒ Não há estabelecimento do IML no município da minha residência; ou

☐ O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido não realiza perícias para
fins de prova do Seguro DPVAT; ou

☐ O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido realiza perícias com
prazo superior a 90 (noventa) dias do respectivo pedido;

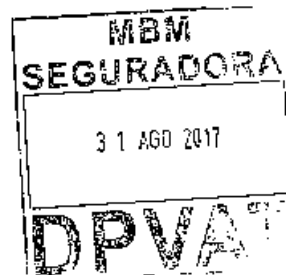
Com o objetivo de permitir o exame do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, para a
cobertura de invalidez permanente causada diretamente por veículo automotor de via
terrestre, solicito que esta declaração permita o prosseguimento a análise da minha
documentação sem a apresentação do laudo do Instituto Médico Legal-IML, concordando,
desde já, em me submeter à perícia médica às custas da Seguradora Líder DPVAT para a
correta avaliação da existência e aferição do grau da lesão, ou lesões, para os fins do §1º do
art. 3º da Lei nº 6.194/74.

Declaro ainda estar ciente de que a autorização para a realização dessa perícia não significa
prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de impugná-la, caso
discorde do seu conteúdo.

Geova Maria Miguel

Assinatura do declarante

Conforme documento de identificação



Rio Tinto, 16 de junho de 2016.

Local e Data





JEOVA MARIA BRIGUEL
ALDEIA TRAMATA, SAN - AREA RURAL
MARCACAO/PB CEP: 58236-020 (AG 14)

CLASSE DE SERVIÇO: RESIDENCIAL
Ponto 7- 261-571-3310
CPF/CNPJ: 00208498633

Referência: Fev/2018
Emissão: 04/03/2018

ENERGISA - LULA - DO TRAFEGRADE ENERGISA SA
B-730 KM 25 - Cód. Rastreio: 3000 Ponto/PB - CEP 58071-480
CNPJ: 05.006.183/0001-43 - Ins. Est. 16035.670-0

Não Pagar/Condição de Pagamento: 138.500
Código para Débito Automático: 0003310044

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesse: www.energisa.com.br

Conta referente a

UC (Unidade Consumidora) 6/891004-4

Canal de contato

Fev/2018

Apresentação

04/02/2018

Data prevista da
próxima leitura

08/03/2018

CPF/CNPJ/RANI

523344000

Faturas em atraso



Histórico de Consumo
(kWh)

Jan/18	203
Dez/17	189
Nov/17	168
Out/17	174
Set/17	167
Ago/17	163
Jul/17	161
Jun/17	159
Mai/17	107
Abr/17	182
Mar/17	108
Fev/17	186

Mês e anos últimos meses
(184 kWh)

Anterior	Atual	Constante	Consumo	Dias
Data	Leitura	Data	Leitura	
07/01/16	8633	04/02/18	8732	

Demonstrativo

Descrição	Quantidade	Preço	Valor (R\$)
Consumo em kWh	158	0,41917	66,48
Adic. B Vermelha			3,81
ICMS			30,11
PIS			2,45
COPINS			6,65
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS			
CONTRIBUIÇÃO ILLUM PUBLICA			8,05

	BASE DE CALCULO	ALÍQUOTA	VALOR R\$
ICMS	111,54	27,00	30,11
PIS	111,54	1,3000	1,46
COPINS	111,64	6,0000	6,69

VENCIMENTO
26/02/2018

TOTAL A PAGAR
R\$ 119,59

97b5.9386.cbd8.d462.b3aa.d7de.2a3d.b2ab.

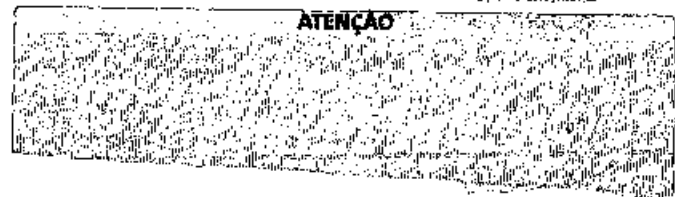
Indicadores de Qualidade 12/2015 - No 1110

Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)
DC MEMB	13,20	NOMINAL 720
FC TRIMESTRAL	20,34	
DC APILAL	52,58	CONTRATADA 202
FC MENSAL	6,50	
FC TRIMESTRAL	17,00	LIMITE SUPERIOR 231
FC ANUAL	36,18	
DMC	7,70	
DCR	16,80	

Discriminação	Valor (R\$)	%
Serviços de Ext. da Energia PE	24,48	20,45
Comp. de Entrega	39,17	32,76
Serviço de Transmissão	1,01	1,80
Ensaio de Segurança	7,75	6,48
Imposto de Cidades e Encargos	46,30	38,77
Outros Serviços	0,00	0,00
Total	118,69	100,00

Valor de EUSD (R\$) 12/2015) R\$37,53

ATENÇÃO





NET

O MUNDO É DOS NETS

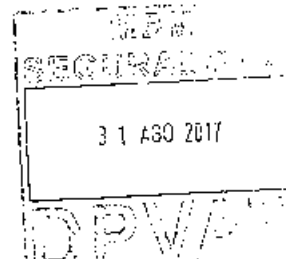


COMUNICADO IMPORTANTE



CTC RECIFE PE/PA PL9
CLECIO SOUZA DO ESPIRITO SANTO
R OTACILIO DE ALBUQUERQUE 22
TORRE
58040-720, JOAO PESSOA - PB

07/02/2008 - 10:04 - 1AV - 000A1006





DECLARAÇÃO

Circular Susep nº 445/12 – Prevenção à Lavagem de Dinheiro

A Circular SUSEP¹ nº 445/12, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro no mercado segurador, determina que todas as seguradoras são obrigadas a constituir cadastro de todas as pessoas envolvidas no pagamento de indenizações. Este cadastro deve conter, além dos documentos de identificação pessoal, informações acerca da profissão e da faixa de renda mensal, além da respectiva documentação comprobatória.

A recusa em fornecer as informações e documentos requisitados neste formulário não impede o pagamento da indenização do Seguro DPVAT. Contudo, por determinação da referida Circular, esta recusa é passível de comunicação ao COAF².

¹Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, órgão responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro, previdência privada aberta, capitalização e resseguro.

²Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF, órgão integrante da estrutura do Ministério da Fazenda, tem por finalidade disciplinar, aplicar penas administrativas, receber, examinar e identificar as ocorrências suspeitas de atividades ilícitas previstas na Lei nº 9.613/98.

Pelo exposto, eu Clécio Souza da Espirito Santo portador (a) do

RG nº 2.383.364, expedido por SSP/PB

em 14 / 11 / 2011 CPF/CNPJ nº 00916701904 - 90, na

qualidade de procurador (a) /intermediário (a) do beneficiário (a) feverei

Marina Miguel do sinistro de DPVAT da natureza

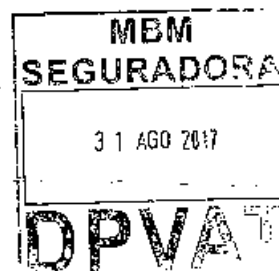
invalidez da vítima feverei Marina Miguel

e conforme determinação da Circular SUSEP nº 445/12, declaro as informações

solicitadas: Profissão: Advogado Renda Mensal: R\$: RECUSO

Documentos comprobatórios: CRAB/PB

Clécio Souza da Espirito Santo
ASSINATURA - PROCURADOR / INTERMEDIÁRIO





ATESTADO MÉDICO



Atesto para os devidos fins que, a pedido do(a)
Sr(a) João e Maria Miguel portador(a)
da identidade RG _____, que o(a)
mesmo(a) foi atendido(a) por mim no dia de hoje, às
_____ horas, portador(a) da patologia CID-
10 I 64, devendo permanecer afastado(a)
de suas atividades laborativas por um período
de 90 (NOVENA) dias, a partir
desta data.

João Pessoa, 28/01/16

Dr. Paulo A. F. Lins
Neurologia
CRM 6400-PE

Assinatura e Carimbo do(a) Médico(a)

AUTORIZAÇÃO

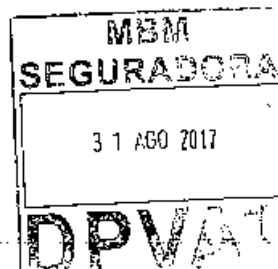
Eu, João e Maria Miguel,
autorizo o(a) Dr. Paulo A. F. Lins, a
registrar o diagnóstico codificado CID-10 ou por extenso
neste atestado médico.

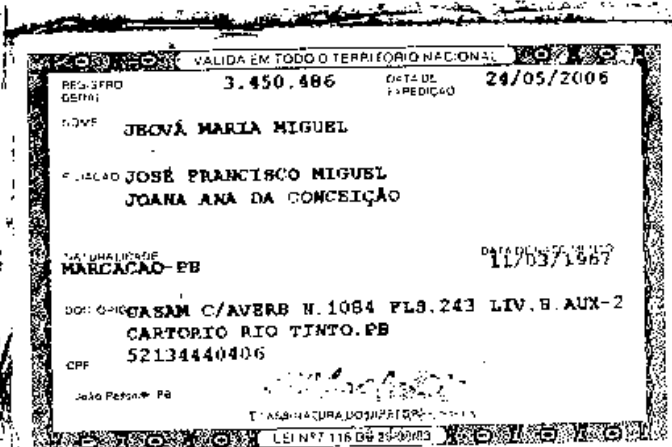
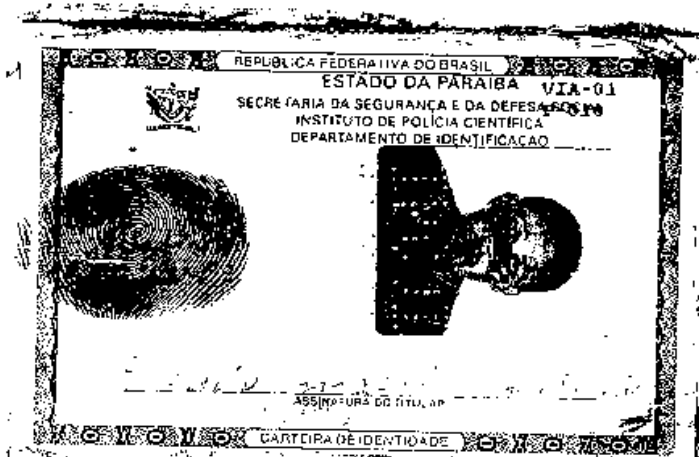
Assinatura do(a) paciente ou responsável legal

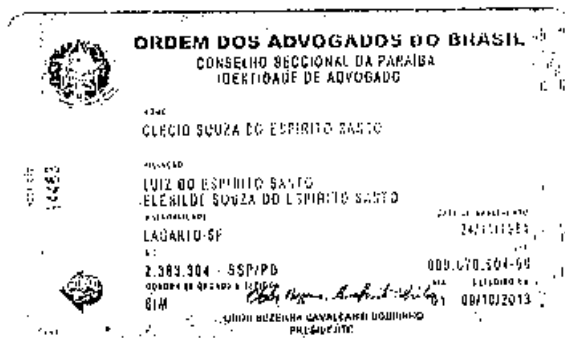
1ª VIA: PACIENTE

2ª VIA: ANEXA AO PROSTUÁRIO DE ATENDIMENTO

F(NG).CC.003-1







REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL MINISTÉRIO DAS CIDADES	
DETRAN - PB	Nº 012030577822
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO	
VIA 1 0018025619-0	0000000000-0
JEOVA MARIA MIGUEL	
52134440406	MNR9919/PB
MNR9919/PB	BJ164119
PAS/AUTOMOVEIS/BUGGY	GAZOLINA
VW/SAARA MARCA/MODELO	1975 1980
07/66	1CV
IPVA PAGUA EM	05/10/2015
1º VENC/COTAS	
2º	
3º	
PREMIO TARIFARIO	SEGURO (PREMIO ANUAL)
0000000000	0000000000
SEM RESERVA DE DOMINIO	
MARCA	05/10/2015
322	884

SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEICULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE, OU POR SUA CARGA, A PESSOAS TRANSPORTADAS OU NAO. SEGURO DPVAT	
PB Nº 012030577822	BILHETE DE SEGURO DPVAT
JEOVA MARIA MIGUEL	
ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA	
www.dpvatsegurodotransito.com.br	
SAC DPVAT 0800 022 1204	
2015 05/10/2015	EXERCÍCIO DATA EMISSÃO
JEOVA MARIA MIGUEL	PLACA
RENAVAM	MARCA/MODELO
0018025619-0	Nº CHASSI MNR9919/PB
0018025619-0	VW/SAARA
1975	PREMIO TARIFARIO
0018025619-0	BJ164119
CUSTO DO BILHETE (R\$)	CUSTO DO SEGURO (R\$)
1975	0018025619-0
CUSTO DO BILHETE (R\$)	IOF (R\$)
*****	SEGURO
PAGAMENTO	DATA DE QUITAÇÃO
COTA ÚNICA	PARCELADO
SEGURADORA LÍDER - DPVAT	
CNPJ 09.248.608/0001-04	
884-11573072	



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 10/12/2020 14:10:04

http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20121014100401400000035950476

Número do documento: 20121014100401400000035950476



CLECIO SOUZA
ADVOCADOS



SEGURO DPVAT
PROTOCOLO DE RECEPÇÃO DE DOCUMENTOS
INVALIDEZ PERMANENTE

Vítima: Joana Maria Miguel

DOCUMENTOS:

- ☒ Registro da Ocorrência, expedido pela autoridade policial (**autenticado**)
- ☒ RG e CPF da vítima
- ☒ Comprovante de residência atual em nome da vítima, se não tiver no nome dele, **assinar declaração de residência.**
- ☒ Autorização de Pagamento / Crédito de Indenização **com cópia do cartão do banco.**
- ☒ Boletim de atendimento hospitalar ou ambulatorial
- ☒ Laudo do Instituto Médico Legal - IML ou **Declaração de inexistência do IML na localidade do evento.**
- ☒ Boletim do primeiro atendimento médico hospitalar
- ☐ Relatório médico descrevendo as lesões, documentação médica
- ☒ DUT e Declaração do Proprietário do Veículo

REPRESENTANTE LEGAL - ADVOGADO

- ☒ Procuração original reconhecida a assinatura.
- ☒ Documento de identificação
- ☒ Comprovante de residência
- ☒ Declaração de Procurador Circular - SUSEP

Data: 16/06/2016

Assinatura: Joana Souza

98729-6504



581417

Mauiz: Rua Otacilio de Albuquerque, 22 - Torre - João Pessoa - PB
83 3512.8570 / 3043.2141
www.cleciouzaadv.com.br / cleciouzaadv@gmail.com

Eliz. Bomba: Sapé - Rio Tinto - Baía da Traição - Pócinhas - Piancó - Cajazeiras





PROCURAÇÃO

OUTORGANTE

Nome: Leiva Maria Miguel, Nacionalidade: brasileiro
Estado Civil: Casado, Profissão: Agricultor, CPF nº: 521.344.404-06
RG nº: 3.450.486 SSDS/PB Endereço: Aldéia Tramataira, S/N
Bairro: Arr. Rural, Cidade: Maracás, Estado: PB, CEP: 58.294-000

OUTORGADOS: CLECIO SOUZA DO ESPÍRITO SANTO, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PB nº 14.463 e OAB/RN 905-A, e VITOR CAVALCANTE DE SOUZA VALERIO, brasileiro, casado, advogado - OAB/PB nº 15.027 e OAB/RN 901-A, SÓCIOS do Escritório CAVALCANTE & SOUZA ADVOGADOS ASSOCIADOS, Sociedades de Advogados, inscrito no CNPJ sob n.º 14.719.128/0001-14, e também na qualidade de associados à Dra. MARIA DO SOCORRO H. LEITE - OAB/PB nº 11.708, CLAYTON SOUZA DO ESPÍRITO SANTO, OAB/PB 11.327-E, todos domiciliados profissionalmente na cidade de João Pessoa/PB, na Rua Otacílio de Albuquerque, nº 22, Torre, João Pessoa/PB. Telefones: (83) 3512-8576/8899-8576.

Os Outorgados obrigam-se a prestar a Outorgante os serviços de advocacia na presente ação.

O Outorgante obriga-se a pagar aos Outorgados, a título de honorários pelos serviços ora contratados o percentual de 30% (Trinta por cento) do valor recebido ou do valor da causa, conforme o caso, em qualquer fase do processo (acordo, execução, etc.) em qualquer instância, face aos poderes que a seguir através do INSTRUMENTO ORIGINAL DE PROCURAÇÃO PARTICULAR, lhe outorga, fica acertado também, que em caso de recurso os honorários serão repactuados, sem prejuízos destes.

SEGURADORA
31 AGO 2017

PODERES

Para os quais confere os mais amplos poderes para representá-lo (a) no Foro em geral e ilimitado, com a cláusula "AD-JUDICIA ET AD NEGOCIA ET EXTRA", para, onde com esta se apresentar e se necessário for, tratar dos assuntos referente ao SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT, que o OUTORGANTE tem direito, assinando quaisquer documentos, bem como, em qualquer instância ou tribunal, na esfera administrativa, perante as pessoas físicas de direito público, privadas e pessoas físicas, agir em defesa dos seus interesses, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-las nas contrárias, seguindo umas e outras até o final da decisão, usando dos recursos e acompanhando-os em conjunto ou separadamente, independente da ordem de nomeação, podendo, ditos procuradores propor e variar ações, requerer, acordar e discordar, desistir, transigir, firmar compromissos, anular testemunhas, substabelecer em todo ou em parte, praticando, enfim, todos e quaisquer atos necessários ao fiel desempenho deste mandato e especialmente para acompanhar junto a Companhia de Seguros competente, o seguro DPVAT (morte, invalidez permanente, DAMS - Despesas com Assistência Médica e Despesas Suplementares), podendo para tanto, dito procurador, dar entrada ao processo de Sinistro para recebimento de indenização ou reembolso das despesas, conferindo-lhe poderes para praticar todos os atos necessários para o bom e fiel cumprimento do presente mandato, receber e dar quitação em conjunto ou separadamente, receber qualquer numerário mediante alvará de autorização (judicial) junto à Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil ou qualquer instituição financeira, confessar, requerer, firmar compromissos, prestar declarações, substabelecer a presente, com ou sem reservas de poderes se assim lhe convier, sendo que dará a tudo o que fizer o referido procurador, por bom, firme e valioso.

DECLARAÇÃO: O (a) outorgante(s) DECLARA para todos os fins de direito e sob as penas da lei, nos termos da Lei Federal n. 7115, de 29/08/1983, que não tem condições e recursos suficientes de arcar com as despesas do processo, para defesa de seu direito, sem prejuízo do sustento próprio e de sua família, necessitando, portanto, da gratuidade judiciária, prevista no inciso I.XXIV, do art. 5º da Constituição Federal e nos termos do Art. 4º da Lei 1060/50.

Rio Tinto, 02 de Março de 2016

Leiva Maria Miguel
OUTORGANTE

Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 10/12/2020 14:10:04
http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20121014100401400000035950476
Número do documento: 20121014100401400000035950476



 **PIMENTEL**
SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL
Atua - 140511 no Tatuá - Registro de Imóveis
Região do Litoral e Ocorrência do Povoado de Itaipu
Região do Litoral e Ocorrência do Povoado de Itaipu

ADSON HUGO PIMENTEL
• TITULAR •
Rua da Indústria 20 - Centro - Rio de Janeiro
CEP: 20040-000 Fone: (21) 2511-1111 e-mail: adson@pimentel.com.br

Reconheço, por escrevente, a(s) firmado(s) de:.....
JENY MARIA MISEL.....
Em testemunha da verdade: Rio de Janeiro - RJ 08/05/2016 - 14:04:42
Resineide Fontes da Silva - Escrevente Autorizada
(2016-000692)ENDL:R\$ EP,48 FAPPEM:R\$-0,25-TEP3:R\$ 1,70
SELO DIGITAL: AC226561-FML3
Confira a autenticidade em <https://selodigital.tjpb.jus.br>

Resineide Fontes da Silva
ESCREVENTE AUTORIZADA





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE RIO TINTO/PB

Processo: 08005369420178150581

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JEOVA MARIA MIGUEL**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.^ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

Constata-se, pelos documentos acostados à exordial, que o veículo causador dos danos era de propriedade da própria vítima reclamante da indenização. Assim, o acidente narrado não possui cobertura pelo Seguro Obrigatório de Veículos – DPVAT, vez que o autor proprietário do veículo encontrava-se inadimplente com o pagamento do prêmio do seguro obrigatório na ocasião do sinistro.

DA AUSÊNCIA DE COBERTURA

No caso trazido à baila, conforme se extrai da documentação acostada aos autos, a parte autora é proprietária do veículo causador das lesões pelas quais é pleiteada a indenização pelo Seguro DPVAT, estando a categoria daquele englobada pelo Consórcio DPVAT, à inteligência do art. 38 da Resolução do CNSP nº 332/2015.

Contudo, é cristalino que a parte autora não preenche os requisitos necessários para ser indenizada, em razão da mora do pagamento do Seguro DPVAT. Assim, não há em que se cogitar cobertura securitária para o caso concreto, conforme Resolução 332/2015, em seu art. 17, §2º.

Informa a Seguradora Ré Exa., que a parte autora não preenche os requisitos necessários para ser indenizada, em razão de mora do pagamento do Seguro DPVAT. Veja, o vencimento para o pagamento do bilhete do Seguro Obrigatório se deu dia 30/09/2016, entretanto, a parte Autora até a presente data, não procedeu com o pagamento referente ao ano civil do acidente, 2016, ou seja, inadimplente à data do alegado sinistro:



Calendário de pagamento

ACESSIBILIDADE



COMO PEDIR INDENIZAÇÃO

Documentos Despesas Médicas
Documentos Invalidez Permanente
Documentos Morte
Dicas Indispensáveis

PAGUE SEGURO

Selecione as opções abaixo para acessar o calendário de pagamento do Seguro DPVAT:

Exercício	UF	Final da Placa	Categoria(Saiba mais)	Pagamento	
2016	PB	9	9	À vista	Consultar

O prêmio do Seguro DPVAT será pago integralmente no vencimento da COTA ÚNICA ou da primeira parcela do IPVA, ou juntamente com o emplacamento ou no licenciamento anual, no caso de veículos isentos do IPVA, conforme disposto na **Resolução CNSP 332/2015** e na Portaria Interministerial 293/2012.

Categoria: 9

Final da Placa	Vencimento			
	IPVA (COTA ÚNICA)	Com Desconto?	DPVAT	Licenciamento
9	30/09/2016	NÃO	30/09/2016	30/09/2016
PB: TABELA DE VENCIMENTO DO IPVA E DO SEGURO DPVAT DE 2016				

Sua busca por placa: MNR9919 UF: PB CATEGORIA: 01*

	Exercício	Valor Pago	Situação	Declaração de Pagamento
+	2015	R\$105,65	Quitado	
+	2014	R\$105,65	Quitado	
+	2013	R\$105,65	Quitado	

(*) Automóvel

Voltar

Imprimir



Assim, o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça buscou, tão somente, resguardar o direito de terceiros quando não realizado o pagamento do prêmio pelo causador do sinistro.

Portanto, feita a devida análise nos precedentes da súmula 257, STJ, quais sejam: REsp 200838/GO; REsp 67763/RJ; e REsp 144583/SP, temos que a mesma trata de situações jurídicas distintas, quando confrontado ao teor Resolução 273/2012 do CNSP, conforme quadro comparativo que segue:

RESOLUÇÃO 273 /2012 DO CNSP	SÚMULA 257, STJ
Exclui da cobertura a vítima, quando esta for proprietária do veículo causador do acidente, estando este inadimplente.	Garante o recebimento do seguro a TERCEIROS vítimas de sinistro causado por proprietário de veículo inadimplente.

Consigne-se, por oportuno, que a interpretação que deve ser dada à Súmula 257, STJ, corroborando com a exegese do art.7º, §1º da Lei 6.194/74^x, garante à seguradora consorciada o direito de regresso em face do proprietário inadimplente em caso de eventuais valores que se desembolsem com as vítimas de sinistros quando o evento for causado por proprietários inadimplentes.

Ora, se o §1º do art. 7º da Lei 6.194/74 prevê o direito de regresso em face do proprietário inadimplente, e houvesse condenação da Seguradora em indenizar o referido proprietário, a parte autora figuraria tanto como credora, como devedora dos valores indenizatórios. Deste modo, forçoso aplicar o instituto da compensação e a consequente extinção das obrigações, de acordo com o Art. 368 do Código Civil.

Pelo exposto, não deve ser imputada à Seguradora Ré qualquer dever de indenizar a parte autora pelos supostos danos, eis que ausentes os elementos ensejadores da obrigação indenizatória.

DA FALTA DE INTERESSE DE INTERESSE PROCESSUAL

PENDÊNCIA DOCUMENTAL

O processo deve ser extinto sem conhecimento do mérito, porque não concorre uma das condições da ação: o *INTERESSE PROCESSUAL*.

Verifica-se que, o autor ingressou com o pedido administrativo, todavia, incorreu em pendência documental, de maneira que deixou de sanear tal pendência, acarretando no cancelamento do sinistro.

Insta esclarecer que o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro pacificou o tema e conforme o Aviso nº 108/2012 resta incontestável a necessidade de requerer o pagamento administrativo antes de ingressar com ação no Judiciário, vejamos:

“A prova do requerimento administrativo prévio à seguradora da cobrança da cobertura do seguro DPVAT deve ser exigida pelo juiz no exame da petição inicial”.

No mesmo sentido, se posicionou o Superior Tribunal de Justiça, vejamos:

“AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. SEGURO. DPVAT. REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO. REQUISITO ESSENCIAL PARA CONFIGURAÇÃO DO INTERESSE DE AGIR.

Inércia do autor quanto a este pedido. Reversão do entendimento. Impossibilidade. Incursão em matéria fático-probatória. Incidência da Súmula 7/STJ. Violação ao princípio da inafastabilidade do acesso à Justiça. Impossibilidade de exame por esta Corte de Justiça. Matéria atinente à competência do Supremo Tribunal Federal.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



O requerimento administrativo prévio constitui requisito essencial para o ingresso de demanda judicial.

(...) 4. Agravo regimental desprovido” (AgRg no REsp 936574/SP, Terceira Turma, Rel. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, julgamento em 02/08/2011).

Trata-se de oportunizar à seguradora o pagamento extrajudicial, até porque, o requerimento prévio administrativo é requisito essencial para a utilidade da providência jurisdicional, conforme dispõe o art. 5º, § 1º da Lei 6.194/74, abaixo transcrito:

“Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

(...)

§ 1º A indenização referida neste artigo será paga com base no valor vigente na época da ocorrência do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de 30

(trinta) dias da entrega dos seguintes documentos: (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)(...)”

A atitude de ingressar com ação antes de tentar solucionar a questão pela via administrativa, que, frise-se, é mais célere, acarreta aglomeração de processos, como se observa com frequência em nosso Judiciário.

Deste modo, verifica-se que a seguradora só se constitui em mora 30 dias após a entrega de todos os documentos legais na esfera administrativa. E, no caso dos autos, o direito de ação nasceria com a recusa do pagamento do sinistro na instância administrativa, o que corresponderia ao evento danoso. Como isto nunca ocorreu, não tem a parte autoral a necessária legitimidade postulatória.

Assim, tendo o autor deixado de cumprir as exigências administrativas à indenização que entende devida, ingressando com a presente ação sem antes eliminar todas as possibilidades, resta claro que não existe interesse na demanda.

Importante salientar, ademais, que as sociedades seguradoras não têm o menor propósito de eximir-se de sua obrigação quando comprovado que é realmente devida a indenização pleiteada, eis que pagar sinistro regularmente coberto é da inerência das suas atividades.

Diante disso, impõe-se a extinção do processo sem julgamento do mérito, na forma do Art. 485, VI, do CPC, pois a existência do litígio constitui condição lógica do processo, cabendo ser evidenciado que o cidadão não deve e nem pode, a seu livre arbítrio e prazer, acionar a prestação jurisdicional do Estado em conflitos que certamente poderiam ser resolvidos de forma consensual e sem a interferência estatal.

DO REQUERIMENTO DE DEPOIMENTO PESSOAL DA PARTE AUTORA

DA AUSÊNCIA DE BOLETIM DE ATENDIMENTO MÉDICO

Conforme dispõe o art. 343, CPC, caberá à parte interessada pugnar pela realização da prova de depoimento pessoal, quando não determinada de ofício pelo magistrado.

A Ré informa a necessidade de ser ouvida, pessoalmente, a parte autora sobre os fatos narrados na inicial, bem como toda documentação juntada aos autos, em especial diante da ausência do boletim de atendimento médico.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Ressalta-se a importância da juntada dos documentos médicos já que é através deles que se confirmará a existência das lesões sofridas pela vítima, de modo que sua ausência impossibilita a apuração do nexo de causalidade.

Portanto, para que não pairasse qualquer dúvida sobre a veracidade dos fatos narrados na exordial, bem como autenticidade do Boletim de Ocorrência apresentado aos autos, a Ré pugna a este d. Juízo que seja expedido ofício ao Hospital onde foi prestado o primeiro atendimento, a fim de que sejam prestados os devidos esclarecimentos pelos responsáveis, sem prejuízo do colhimento do depoimento pessoal da autora.

DA FALTA DE NEXO DE CAUSALIDADE

A Lei que regula a indenização pleiteada pela parte Autoral é a Lei n.º 6.194/74, a qual determina que deve existir nexo de causalidade e efeito entre a invalidez e o acidente noticiado.

Em que pese à parte autora ter juntado aos autos documentos médicos e uma comunicação policial unilateral, não há elementos capazes de comprovar **que a lesão apresentada seja em decorrência do acidente de trânsito.**

Constata-se, pela simples leitura dos documentos acostados aos autos, que os mesmos atestam que inexistente nexo causal entre o acidente e a suposta invalidez da vítima, não podendo de forma alguma o i. julgador ficar indiferente a estes documentos.

Como é de sabença não só é necessário, mas obrigatória, a comprovação do nexo entre a ocorrência do dano e o fato gerador do mesmo.

Portanto, no que pese o laudo pericial atestar a existência de invalidez permanente, quantificando-a, o mesmo não se presta a comprovar cabalmente nexo de causalidade entre as lesões e um acidente automotor. Perceba que toda documentação carreada aos autos, em especial os documentos médicos, apontam no sentido da ausência de correspondência entre o dano suportado e um sinistro de trânsito.

A Ré informa a necessidade de ser ouvida, pessoalmente, a parte autora sobre os fatos narrados na inicial, bem como toda documentação juntada aos autos, em especial diante da ausência do boletim de atendimento médico.

Ressalta-se a importância da juntada dos documentos médicos já que é através deles que se confirmará a existência das lesões sofridas pela vítima, de modo que sua ausência impossibilita a apuração do nexo de causalidade.

Diante do exposto, não tendo sido cabalmente comprovado o nexo de causalidade entre o suposto acidente automotor e a invalidez constatada, merece ser julgada totalmente improcedente a presente demanda nos termos do art. 487, I do CPC.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

RIO TINTO, 8 de dezembro de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/PB 4246-A

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 10/12/2020 14:10:05
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20121014100506700000035950477>
Número do documento: 20121014100506700000035950477

Num. 37684100 - Pág. 7